




MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº. 16, de 28 de junho de 2018.

Lido no Expediente da Sessão
do dia 14 AGO. 2018

SÚMULA: Dispõe sobre os honorários de
sucumbência da Procuradoria-Geral do Município.


Secretário

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, Estado do Paraná, no
uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 48 e 69, inciso III, ambos
da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação dessa Casa Legislativa o
seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º Fica regulamentado e autorizado o recebimento, o rateio e o repasse da verba
honorária advocatícia oriunda dos feitos patrocinados pela Procuradoria-Geral do
Município.

§1º Os honorários de que trata esta lei, com natureza privada e alimentar, serão
rateados de forma igualitária entre os Procuradores Municipais titulares do cargo
efetivo de carreira.

§ 2º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamentação ou ato administrativo que
retire do Procurador Público o direito ao recebimento e ao rateio dos honorários
advocatícios de que trata esta lei.

§ 3º As verbas de sucumbência não integram:

- I – o subsídio ou a remuneração e não servirão como base de cálculo para adicionais,
gratificações ou qualquer outra vantagem pecuniária;
- II – a base de cálculo de contribuição previdenciária.

§ 4º Os valores percebidos a título de honorários não servirão de parâmetro, não
influenciarão nos percentuais, nos índices ou na data de reposição da inflação ou de
reajuste dos vencimentos, e não incidirão no cômputo do décimo terceiro salário,
abono de férias, quinquênio e de qualquer outra vantagem que os Procuradores
tenham direito.

Art. 2º São verbas honorárias advocatícias:

- I – Os valores fixados a favor da Procuradoria-Geral do Município a título de
honorários advocatícios, nos feitos em que é parte o Município de Campo Magro;





MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

II – Os honorários advocatícios decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município realizada pela Procuradoria-Geral do Município;

III – Os honorários advocatícios decorrentes de acordos judiciais e extrajudiciais ou concedidos em razão de lei ou sentença.

Art. 3º Considera-se em efetivo exercício o Procurador:

I – em gozo de férias;

II – em gozo das seguintes licenças:

- a) para tratamento de saúde e acidente em serviço;
- b) por motivo de gestação, lactação ou adoção;
- c) em razão de paternidade;
- d) por motivo de doença em pessoa da família até o limite de 30 (trinta) dias;
- e) para o aperfeiçoamento profissional, desde que no interesse da Administração;
- f) casamento;
- g) falecimento de cônjuge ou companheiro.

Art. 4º Aqueles que ingressam na carreira de Procurador Municipal receberão os valores a partir do segundo mês do exercício do cargo.

Art. 5º Os Procuradores inativos participarão do rateio e distribuição dos honorários advocatícios no período de 60 meses, relativos aos processos em tramitação na data da publicação do respectivo ato de desligamento do cargo público.

Art. 6º Em caso de demissão ou de exoneração, os Procuradores Municipais perceberão o rateio de honorários até o último dia de trabalho no cargo.

Art. 7º Não terão direito ao recebimento de honorários de que trata esta lei os servidores que se enquadrarem nas seguintes situações:

I – provenientes de outros órgãos da Administração Municipal, Estadual ou Federal, cedidos para a Procuradoria-Geral do Município para atuar como titular de cargos em comissão;



MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

- II – Procuradores do quadro de servidores da Procuradoria-Geral do Município cedidos para outros órgãos, municipal, estadual ou federal;
- III – em licença para tratamento de assuntos de interesse particular;
- IV – em licença para campanha eleitoral;
- V – em exercício de mandato eletivo, salvo de vereador;
- VI – em cumprimento de penalidade de suspensão.

Art. 8º Os honorários advocatícios deverão ser depositados em conta-poupança de titularidade de todos os integrantes da carreira de Procurador Municipal, criada especialmente para este fim, e será gerida única e exclusivamente pelos Procuradores de carreira.

§ 1º Atingindo o número de 05 (cinco) Procuradores Municipais efetivos no quadro de carreira da Administração Pública Direta, será facultada a criação de associação com fins específicos de administrar tais verbas, cujo procedimento será estabelecido por um estatuto próprio.

§ 2º Até que seja criada a associação que alude o parágrafo 1º, será designado pelos Procuradores efetivos um dentre eles, que será o responsável pelo controle da conta, distribuição, fiscalização do rateio dos valores, bem como possibilitar o acesso a planilha e extratos bancários a todos os integrantes da carreira, mediante assinatura do Termo de Compromisso Anual de Administração de Conta Bancária;

§ 3º Os Procuradores Municipais deverão requerer a expedição de alvará, diretamente para a conta bancária referida no artigo 8º;

§ 4º Ficará sob a responsabilidade de cada Procurador o recolhimento do imposto sobre a renda devido em razão do recebimento dos honorários a que se refere o caput.

Art. 9º Os honorários de sucumbência de que trata esta lei serão cobrados/executados junto com o valor principal da ação, ou de forma autônoma através de seus Procuradores que a representam;

§ 1º Compete ao Departamento de Fiscalização e Administração Tributária, quando o devedor estiver com dívida ajuizada e comparecer à sede da Prefeitura para quitar ou



MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

parcelar seus débitos, emitir o respectivo boleto, que conterà, além do valor do débito principal e acessório, o valor dos honorários advocatícios;

§ 2º Somente com o comprovante de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios é que o crédito poderá ser extinto ou parcelado;

§ 3º Ocorrendo a compensação, transação, parcelamento e dação em pagamento, não fica afastada a obrigação de pagar os honorários de sucumbência previstos nesta lei.

§ 4º Os honorários de sucumbência serão repassados bimestralmente, com os acréscimos legais, para a conta-poupança acima aduzida.

Art. 10 Os honorários advocatícios já depositados em conta bancária específica ou em rubrica própria serão transferidos para a conta-poupança acima aduzida.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação e será regulamentada através de decreto naquilo que for necessário.

Paço Municipal de Campo Magro, 28 de junho de 2018.

Claudio Cesar Casagrande

Prefeito Municipal

Aprovado em 1º Discussão
Por [assinatura]
Sala das Sessões, 28 AGO. 2018
[assinatura]
Presidente

Aprovado em 2º Discussão
Por [assinatura]
Sala das Sessões, 04 SET. 2018
[assinatura]
Presidente



MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente

e

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

A regulamentação do recebimento de honorários de sucumbência pelos procuradores municipais de carreira é uma reivindicação antiga destes

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil o direito ao recebimento de honorários de sucumbência por parte dos procuradores de carreira tornou-se uma realidade, cabendo unicamente às unidades da federação a sua regulamentação.

De se reparar que o art. 85 do Novo Código Civil estabelece, em seu art. 85, § 19, que os advogados públicos receberão honorários de sucumbência.

Assim, o recebimento de honorários sucumbenciais é um direito dos ocupantes do cargo efetivo de Procurador do Município, conforme disposição legal acima e ainda de acordo com o que estabelece o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 – que estabelece, em seu art. 3º, ser o “exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil”, ao passo que o art. 22 da mesma lei estabelece que “a prestação de serviço profissional de advocacia assegura o direitos aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo atender a pleito antigo dos procuradores de carreira do Município de Campo Magro, além de fazer cumprir a legislação federal sobre o assunto – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e Novo Código Civil – garantem ao advogado público o recebimento de honorários de sucumbência fixados nos feitos em que atuam.



MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

De todo o exposto, requer-se a esta Egrégia Casa de Leis a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 28 de junho de 2018.

Claudio Cesar Casagrande

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO ESTADO DO PARANÁ

Ofício Nº 122/2018

Campo Magro, 08 de agosto de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Apraz-me cumprimentá-lo, oportunidade em que venho à presença de Vossa Excelência para encaminhar o Projeto de Lei nº 16/2018 para o qual solicito a apreciação, em regime de urgência, perante essa Egrégia Casa de Leis, nos termos do art. 55 da Lei Orgânica Municipal.

Certo da compreensão dos Nobres Edis, reitero os préstimos da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Claudio Cesar Casagrande
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Adeilson Rodrigues de Melo
DD. Presidente da Câmara Municipal
Campo Magro— PR

Lido no Expediente da Sessão
do dia 14/AGO. 2018

Secretário